

## O Partido Comunista Brasileiro e o governo João Goulart

JORGE FERREIRA\*

O Partido Comunista do Brasil, depois renomeado como Partido Comunista Brasileiro (PCB), é, na historiografia brasileira, o partido político mais pesquisado.

Muito se escreveu e publicou sobre o partido. A começar pela sua primeira década, nos anos 1920, os eventos que resultaram na insurreição de 1935, o período da legalidade, entre 1945 e 1947, e a fase que se abriu com a cassação do registro do partido e resultou no Manifesto de Agosto de 1950. Mas algo é curioso: após a mudança que ocorreu no partido com a Declaração de Março de 1958 e a chamada “nova política”, o interesse pela história do partido diminui sensivelmente.

Na avaliação de José Antonio Segatto, entre 1954 e 1958 o PCB viveu uma série de experiências que culminaram em reorientação teórica, política e organizativa. O Partido Comunista, diz o autor, "inicia um processo de renovação e formulação daquela que ficou conhecida e reconhecida, pelo seu núcleo dirigente, como uma 'nova política'" (SEGATTO, 1995: 33). A Declaração de Março de 1958 foi o principal documento que orientou as mudanças políticas dos comunistas brasileiros. Muito resumidamente, o documento afirmava que a revolução brasileira seria antiimperialista, antifeudal, nacional e democrática. No processo revolucionário brasileiro haveria aliança com a burguesia e com outras classes em uma Frente Única, mas, à frente do processo, estaria o proletariado. A Declaração de Março reconhecia a “possibilidade e a viabilidade do caminho pacífico para a revolução brasileira”, ocorrendo dentro da legalidade democrática e constitucional (SEGATTO, 1985: 81). A nova orientação política foi um marco na história do PCB. O partido cresceu, alcançando expressão na política brasileira.

Apesar dessa fase de renovação e de crescimento, o interesse pela história do PCB declina após 1958 e torna-se muito escassa durante o governo do presidente João Goulart. As

---

\* Professor Titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense, Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, pesquisador I do CNPq e da FAPERJ. O artigo resultou de pesquisa financiada pelo CNPq.

imagens demeritórias de sua atuação nesse período são múltiplas, a exemplo do “reformismo”, do “pacifismo”, do “reboquismo”, da política de “conciliação de classes”, entre outros qualificativos próprios do jargão esquerdista. Todos esses “erros” teriam contribuído para o desastre de março de 1964, com o golpe militar.

O objetivo desse trabalho é o conhecer a atuação dos comunistas brasileiros durante o governo de João Goulart. O jornal *Novos Rumos*, publicado pelo PCB, é a fonte privilegiada da pesquisa.

### **O PCB e o governo parlamentarista**

Durante a fase parlamentarista, o PCB adotou política deliberada em relação ao presidente da República: o silêncio e a hostilidade. Nos dois primeiros meses de 1962, não há, no jornal semanal *Novos Rumos*, órgão oficial do PCB, uma única referência ao presidente João Goulart. Sequer uma fotografia. O principal jornal do PCB ignorava sua existência. Somente em uma edição de março Goulart foi citado pelo jornal, mesmo assim para ser duramente criticado por sua iniciativa de visitar os Estados Unidos.<sup>1</sup>

No início de abril, surgiu outra crítica. O motivo foi o discurso presidencial na Câmara de Comércio Americana durante sua viagem aos Estados Unidos. O tema tratava das nacionalizações de empresas norte-americanas realizadas pelo governador gaúcho Leonel Brizola. Para *Novos Rumos*, Goulart comprovou sua “capitulação ao imperialismo norte-americano”. Segundo editorial de primeira página em *Novos Rumos*:

*O presidente da República portou-se como ardoroso advogado dos interesses dos monopólios iaque. Reconheceu que os serviços públicos em geral ‘funcionam mal, funcionam inadequada e insuficientemente’. Criam-se, assim, largas áreas de atrito e ficção entre a opinião pública e as empresas concessionárias. [...] Mas qual a conclusão a tirar? Se os serviços vão mal, são inadequados e insuficientes, é porque as concessionárias não cumprem com a principal obrigação dos seus contratos. [...] Vem agora o sr. João Goulart e propõe nada menos do que premiar os nossos exploradores. [...] O discurso do sr. João Goulart merece a repulsa de todos os patriotas.*<sup>2</sup>

<sup>1</sup> *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, n. 161, 16-22 de março de 1962, 1ª página.

<sup>2</sup> *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, n. 163, 30 de março-5 de abril de 1962, 1ª página.

Goulart aparecia de maneira muito superficial em *Novos Rumos*: ora com notícias depreciativas, ora apoiando causas defendidas pelos comunistas. Durante o regime parlamentar, o presidente também era cobrado por suas opções políticas. Em junho de 1962, com a renúncia do gabinete de Tancredo Neves, *Novos Rumos* publicou em sua primeira página com letras garrafais: “Em todo o país é unânime a exigências das massas: um governo nacionalista”.<sup>3</sup> Os comunistas queriam que Goulart nomeasse um primeiro-ministro de esquerda no lugar de Tancredo Neves. No mês seguinte, manchete afirmava em sua primeira página: “Greve geral! Milhões de trabalhadores exigem de João Goulart: Gabinete nacionalista!”. Na mesma primeira página, sob o título “Nenhuma conciliação com os inimigos do povo”, Luiz Carlos Prestes fez duras críticas a Jango:

*Os fatos, com o poder de convicção que possuem, estão mostrando, após nove meses de Gabinete Tancredo Neves, não apenas o fracasso desse governo, mas também a falência da política de conciliação com as forças que representam os interesses do latifúndio e do imperialismo.*<sup>4</sup>

Até o plebiscito ocorrido em 6 de janeiro de 1963, os comunistas trataram Jango com distanciamento. Ignorar a existência do presidente da República, citá-lo quando convinha aos seus interesses ou criticá-lo com agressividade desmentem as imagens que definem o PCB como “linha auxiliar” de Jango.

Muito diferente era a maneira como *Novos Rumos* tratava Leonel Brizola. Suas declarações eram noticiadas com destaque. Sua presença em *Novos Rumos* era constante, sobretudo quando defendia medidas nacionalistas, recusava alianças com o PSD e criticava Goulart por não realizar as reformas de base.

Outra liderança de esquerda também presente nas páginas de *Novos Rumos* e, como Leonel Brizola, prestigiada por suas iniciativas era Miguel Arraes. Ambos interessavam aos comunistas como aliados na formação de uma Frente Única de Esquerda. Não era o caso de Francisco Julião. Concorrente dos comunistas na mobilização dos trabalhadores rurais, nas

<sup>3</sup> *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, n. 175, 22-28 de junho de 1962, 1ª página.

<sup>4</sup> *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, n. 177, 6 de julho de 1962, 1ª página.

páginas de *Novos Rumos* Julião e as Ligas Camponesas surgiam raramente, via de regra para sofrerem duras críticas.

## **Os comunistas e a Frente de Mobilização Popular**

Com imenso prestígio entre as esquerdas, Leonel Brizola, no início de 1963, uniu diversos partidos, grupos e movimentos de esquerda na Frente de Mobilização Popular (FMP) (FERREIRA, 2004). Participavam da frente o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), o Pacto de Unidade (PUA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (CONTEC); a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES); o Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI), os subalternos das Forças Armadas, como sargentos, marinheiros e fuzileiros navais por meio de suas associações; facções das Ligas Camponesas; grupos de esquerda revolucionária como a Ação Popular (AP), o Partido Operário Revolucionário – Trotskista (POR-T), os nacional-revolucionários que seguiam a liderança de Leonel Brizola e segmentos de extrema-esquerda do PCB; parlamentares do Grupo Compacto do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e do Partido Social Progressista (PSP). Miguel Arraes e seu grupo político também integravam a frente, embora mantivessem posições de independência em relação a Brizola.

A FMP pressionava o presidente João Goulart para que decretasse imediatamente as reformas de base, afastando-se do Partido Social Democrático (PSD) e entrasse em confronto direto com os grupos de direita. Leonel Brizola e as esquerdas reunidas na FMP ainda se apresentavam como força de esquerda que poderia viabilizar as reformas no lugar do PCB, partido interpretado como moderado diante das lutas sociais da época.

Após o plebiscito de janeiro de 1963 quando Goulart passou a governar em regime presidencialista, o PCB e a FMP formaram as duas grandes organizações de esquerda.

Mas as relações entre elas eram tensas. Leonel Brizola fundou a FMP para concorrer e disputar diretamente com o PCB a liderança entre as esquerdas. Brizola, desde a Campanha

da Legalidade, disputava com o João Goulart a liderança do movimento reformista e do PTB. Mas, no início de 1963, também entrou em disputa com o próprio Luis Carlos Prestes.

Os comunistas, no entanto, tinham postura diversa. A direção do PCB percebeu a amplitude da FMP e a capacidade de liderança de Leonel Brizola. Mesmo antes dele fundar a FMP, os comunistas o prestigiavam. O PCB evitava entrar em conflito com Brizola e, em movimento oposto, esforçava-se para estabelecer aliança com a FMP. Ainda em setembro de 1963, texto publicado em *Novos Rumos* marcava a posição do PCB em relação à frente liderada por Brizola:

*Os comunistas consideram que a FMP, surgida na luta pelas reformas de base, representa um passo importante no sentido da coordenação das forças da frente única nacionalista e democrática. As dificuldades nesse terreno são compreensíveis. As divergências são naturais. Mas o indispensável é que divergências e dificuldades sejam enfrentadas com espírito unitário, para que possam ser ultrapassadas e a luta comum prossiga avançando. Agir noutra sentido determinaria o enfraquecimento da frente única, para júbilo dos seus inimigos, que em consequência se fortaleceriam.<sup>5</sup>*

O PCB buscava aliança com a FMP e evitava o confronto com Brizola. O objetivo era alcançar a unidade das esquerdas na formação da Frente Única.

### **Os comunistas e o governo presidencialista de Goulart**

Ao assumir a presidência da República, Jango escolheu a estratégia de obter maioria no Congresso Nacional reforçando a aliança do PTB com o PSD. Ele repetia, desse modo, a coalizão parlamentar que deu estabilidade política a Juscelino Kubistchek. A aliança de centro-esquerda teria que pactuar as Reformas de Base, sobretudo a reforma agrária. Goulart esperava que pessedistas e trabalhistas chegassem a acordos e compromissos para viabilizar as reformas. Elas seriam aprovadas por vias institucionais e, para isso, ter maioria parlamentar com a aliança PTB-PSD no Congresso Nacional era fundamental na estratégia do presidente (FIGUEIREDO, 1993; FERREIRA, 2011).

A opção política de Goulart sofreu sistemática oposição das esquerdas. Esse foi um sério problema enfrentado por seu governo. Líderes como Leonel Brizola, Luis Carlos Prestes, Miguel Arraes e Francisco Julião eram contra a aliança com o PSD. Também se

---

<sup>5</sup> *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, n. 236, 30 de agosto a 5 de setembro de 1963, p. 3.

opunham à estratégia do presidente o CGT, a UNE e as Ligas Camponesas. Todas as esquerdas reunidas na FMP repudiavam a estratégia presidencial de obter maioria no Congresso Nacional em aliança com o PSD (FERREIRA, 2009).

Os comunistas também eram críticos contundentes da estratégia de Goulart. O PCB fazia coro com a FMP, recusando a opção política de Jango de buscar aliança com os pessedistas. A opção de aliança partidária com o PSD era chamada na época, pelas esquerdas, de “política de conciliação”. Algo interpretado como muito negativo.

As críticas a Jango por ter o PSD como aliado eram comuns em *Novos Rumos*. Os editoriais do jornal se repetiam. Para os comunistas, Goulart necessitava “romper com a política de conciliação que vem seguindo, de desfazer a aliança com a cúpula retrógrada do PSD, de recompor o sistema de forças que o constitui”.<sup>6</sup> A alternativa defendida pelos comunistas era a mesma da Frente de Mobilização Popular: o rompimento com o PSD e a formação de um governo exclusivo das esquerdas – a Frente Única.

Jango deveria romper com o PSD, mas também nada esperar do Congresso Nacional, instituição vista como reacionária. As reformas de base não seriam aprovadas pela via parlamentar, afirmavam as lideranças de esquerda. Tanto o PCB e seu líder Luis Carlos Prestes quanto Leonel Brizola falando em nome da FMP defendiam a mesma alternativa política: Goulart deveria constituir um governo exclusivamente com nomes de esquerda.

Ao longo do governo Goulart, o PCB tratava o Congresso Nacional de maneira demeritória. Com o título: “Câmara defende latifúndio”, *Novos Rumos* noticiava a derrota da emenda à Constituição apresentada pelo PTB. O texto se referia aos parlamentares como “maioria reacionária”, “gorilas da Câmara”, entre outros qualificativos demeritórios.<sup>7</sup>

Com o rompimento da aliança com o PSD e outros partidos de centro, Goulart perderia a maioria no Congresso Nacional e a oposição ao seu governo cresceria entre os parlamentares. Mas para o PCB e a FMP o problema seria contornado com a pressão popular nas ruas sobre o Congresso Nacional. Com as esquerdas unidas na FMP aliadas aos comunistas do PCB, ao CGT e ao grupo político de Miguel Arraes, as reformas seriam

<sup>6</sup> *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, n. 249, 29 de novembro-5 de dezembro de 1963, 1ª página.

<sup>7</sup> *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, n. 242, 11-17 de outubro de 1963, 1ª página.

arrancadas do Congresso Nacional com a mobilização do povo nas ruas: Para os comunistas, somente “através das lutas das massas” e da “unidade e ação de todas as forças nacionalistas e democráticas”, que o povo, “derrotando as manobras conciliatórias e as ameaças golpistas, conquistará novas vitórias”.

### **Os comunistas e a crise do governo Goulart**

Os comunistas apoiaram integralmente a rebelião dos sargentos em Brasília, em 12 setembro de 1963. A tomada da capital da República por cerca de 600 sargentos e fuzileiros navais foi tratada pelo jornal como uma luta “democrática” e “patriótica” dos militares de baixa patente. O título da matéria publicada em *Novos Rumos* era: “Sargentos são nossos irmãos”.<sup>8</sup>

Segundo Alzira Alves Abreu, a revolta dos sargentos foi o momento da inflexão da posição da imprensa em relação ao governo Goulart. A partir daí, afirma a autora, “começou o afastamento e se aceleram as críticas à política do governo e ao presidente”. Ainda segundo Alzira Abreu, “formou-se, então, uma cultura política anticomunista” que se tornou a tônica na imprensa a partir do episódio da tomada de Brasília pelos sargentos (ABREU, 2006: 117-118). No entanto, as esquerdas, e os comunistas em particular, mantinham-se otimistas.

Nova crise ocorreu no dia 1º de outubro quando *Tribuna da Imprensa* publicou a entrevista concedida por Carlos Lacerda ao correspondente no Brasil do *Los Angeles Times*. Lacerda insultou freneticamente Goulart, pediu a interferência do governo dos Estados Unidos no processo político brasileiro e ainda afirmou que as Forças Armadas dariam um golpe de Estado.

Os ministros militares, indignados com a atitude de Lacerda, pediram ao presidente a instauração do estado de sítio. O objetivo era prender Lacerda. Goulart enviou mensagem ao Congresso Nacional solicitando autorização para decretar o estado de sítio no país. Os parlamentares de direita, de esquerda e os liberais foram contra. O PCB e a FMP também se opuseram à medida. Isolado e fortemente pressionado por diversas forças políticas, Goulart recuou. A partir daí, os ataques das direitas e das esquerdas ao presidente aumentaram de tom.

---

<sup>8</sup> *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, n, 239, 20-26 de setembro de 1963, p. 8.

Após a crise do pedido do estado de sítio, a aproximação entre o PCB e a FMP tornou-se crescente. O sucesso político da frente liderada por Brizola, noticiou *Novos Rumos*, foi porque ela foi criada “levando em conta a realidade do movimento de massas democrático”. Não se tratou de “estrutura artificial”. Segundo avaliação dos comunistas, a FMP aglutinou o que já existia de organizado na sociedade brasileira “como o movimento operário, estudantil, de intelectuais, o camponês e também a Frente Parlamentar Nacionalista e os militares nacionalistas”. Para *Novos Rumos*, “a FMP pode desempenhar a função do núcleo mais combativo e radical da Frente Única”.<sup>9</sup>

*Novos Rumos*, jornal do PCB, abria espaços em suas páginas para a FMP e Leonel Brizola, mas também para Miguel Arraes. Naquele momento, Prestes, Brizola e Arraes convergiam para a mesma proposta política: a formação de um governo exclusiva das esquerdas.

### **O governo das esquerdas**

O governo Goulart chegou ao final de 1963 com a situação econômica em descontrole. O PIB registrou 1% de crescimento, enquanto a inflação alcançou o patamar de 78%. O empresariado não acreditava na capacidade do governo de conter o descontrole financeiro, enquanto o aumento dos preços e o desabastecimento de mercadorias castigavam os trabalhadores. O PSD, assustado com a radicalização do PTB e das esquerdas, aproximava-se da UDN no Congresso Nacional. Após o episódio do frustrado de Goulart obter poderes excepcionais com o estado de sítio, as direitas golpistas passaram a conspirar abertamente contra o governo, enquanto as esquerdas reunidas na FMP, com o apoio do PCB, aumentaram as críticas ao presidente de maneira agressiva. Goulart chegara ao final de 1963 isolado politicamente. Tratava-se de algo preocupante para a estabilidade do regime democrático.

Em fins de 1963 e início de 1964, Luis Carlos Prestes e Goulart entraram em entendimentos políticos. Ainda em dezembro de 1963, Prestes, em artigo publicado em *Novos Rumos*, mudou o tom sobre Goulart. Com o título “Lados positivos do governo”, o líder

---

<sup>9</sup> *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, n. 257, 24-30 de janeiro de 1964, p. 3.

comunista afirmou: “Não há dúvida de que se assinalam, nos dois anos e meio de exercício do poder pelo sr. João Goulart, alguns aspectos altamente positivos.”<sup>10</sup>

Em fins de fevereiro, a edição de *Novos Rumos* anunciava a realização de um comício em frente à estação de trem da Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964. Percebendo que a radicalização política impediria acordos entre o PTB e o PSD, Goulart optou pela estratégia exigida pelas esquerdas organizadas na FMP, pelo PCB, o CGT e por Miguel Arraes: o rompimento do governo com o PSD e a formação de um governo exclusivo das esquerdas. Como é consenso na bibliografia, o comício de 13 de março significou a aliança do presidente da República com as esquerdas (PCB e FMP) e o movimento sindical (CGT). A proposta política do PCB de formação da Frente Única foi vitoriosa.

Desde dezembro, mas sobretudo nos primeiros meses de 1964, a posição do PCB mudou em relação a João Goulart. De forte opositor tornou-se aliado. O presidente, finalmente, aceitou os termos do PCB, da FMP, do CGT e do grupo político de Miguel Arraes de formar um novo governo. Em texto publicado em fins de fevereiro, *Novos Rumos* não escondia as conversações com Goulart sobre o governo de esquerda e o programa reformista, identificados mesmo em linguagem cifrada: “É partindo dessa posição que os comunistas encaram os entendimentos políticos que hoje se processam no país. [...] para a formação de uma frente progressista.”<sup>11</sup>

Os comunistas confirmavam os “entendimentos políticos” com o presidente da República. Foi nessa conjuntura política, de aliança de Goulart com as esquerdas reunidas na FMP, o CGT e o PCB, que o discurso anticomunista ganhou amplitude na sociedade. Afinal, Goulart, de fato, estava tecendo alianças com os comunistas.

No dia 17 de março, Luis Carlos Prestes falou na Associação Brasileira de Imprensa para cerca de mil pessoas presentes. Sua análise da conjuntura política brasileira após o comício da Central do Brasil são importantes para conhecermos a posição política dos comunistas em momento de grande polarização entre direitas e esquerdas. Para Prestes, o comício foi um acontecimento de grande e profundo significado para o país. “A significação

<sup>10</sup> *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, n. 258, 7-13 de fevereiro de 1963, p. 8.

<sup>11</sup> *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, n. 260, 21-27 de fevereiro de 1963, p. 3.

política desse comício será verificada na prática nos próximos meses, talvez mesmo nas próximas semanas ou nos próximos dias”.<sup>12</sup> Segundo ele, as pessoas foram ao comício para “perguntar ao presidente da República se está disposto a colocar-se à frente do processo democrático e revolucionário que avança”. A luta era pelas reformas, mas no horizonte estava o socialismo:

*Hoje, lutar pelo socialismo é lutar pela vitória da revolução nacional e democrática, e acabar com os obstáculos que impedem o progresso de nosso país, é lutar pela expulsão de nossa terra dos monopólios imperialistas é lutar pela revolução agrária. Temos consciência que é assim que estamos lutando pelo socialismo.*

A meta dos comunistas, afirmou Prestes, “é o poder revolucionário” expulsando do Brasil as empresas norte-americanas e realizando a reforma agrária. Estas eram “as tarefas da revolução na etapa atual, porque levar ao fim as tarefas da revolução atual é abrir caminho para a etapa seguinte, é abrir o caminho para o socialismo em nosso país”. Para Prestes, “é isso que chamamos de caminho pacífico”.

Prestes reconheceu as iniciativas positivas de Goulart na política externa e no apoio às lutas dos trabalhadores. Mas não poupou críticas à sua insistência em aliar-se ao PSD. A mudança de Jango veio em dezembro de 1963, afirmou Prestes. Os entendimentos para unificar as forças “patrióticas e democráticas” do país foi processo “demorado e difícil”. Mas, de acordo com sua percepção, a “estruturação orgânica da frente única” de esquerda na política brasileira surgiu com

*a Frente de Mobilização Popular, que agrupa as forças mais consequentes da frente única, da classe operária até aos militares patriotas, a intelectualidade, os camponeses, os estudantes. A FMP constitui como que um núcleo dessas forças mais consequentes e é possível que em torno dela, ampliando-a, outras forças se agrupem.*

Prestes reconheceu a força política da FMP e sua importância na formação de uma Frente Única de Esquerda. Para ele,

---

<sup>12</sup> As citações que se seguem estão em *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, n. 264, 20 a 26 de março de 1964, p. 3

*a frente única avança, tende a se consolidar, esboçam-se já os elementos de uma certa estruturação para essa unidade, porque, depois dos entendimentos havidos, parece que chegamos a uma plataforma unitária que pode ser aceita desde o presidente Goulart, o deputado Brizola, o governador Arraes e as outras forças da frente única, até os comunistas.*

O resultado desse processo de união das forças de esquerda foi o comício da Central do Brasil. Mas Luis Carlos Prestes reconheceu que o país, naquele momento, vivia sob crescente radicalização política entre direitas e esquerdas:

*O comício determinou um aguçamento da contradição entre as forças patrióticas e democráticas, que estão com o presidente Goulart nas posições que assumiu, e as forças reacionárias e entreguistas que, efetivamente, tendem a unir-se. Estamos, portanto, diante de um processo de polarização de forças.*

Prestes não desconhecia o processo crescente de radicalização política em curso e admitia a provável reação das direitas. Mas, com o apoio popular, tentativas de golpe seriam derrotadas. Mais um motivo, portanto, para a formação de um governo exclusivo das esquerdas.

Ao final do governo Goulart, a proposta política dos comunistas foi vitoriosa. A Frente Única de Esquerda, nomeada de Frente Popular, passaria a governar o país, excluindo as forças políticas de centro, como o PSD. Mesmo sem maioria no Congresso, a Frente Popular realizaria as reformas pressionando os parlamentares com mobilizações populares – comícios, greves, passeatas, entre outras ações.

## **Palavras finais**

Ao longo do governo Goulart, os comunistas tiveram posições distintas. Na fase parlamentar do governo, o PCB ignorava o presidente da República. A João Goulart, os comunistas, mais do que críticos, expressavam desprezo e, por vezes, hostilidade. Na fase presidencialista do governo, os comunistas continuaram na oposição, mas passaram a cobrar dele o afastamento do PSD e a formação de um governo exclusivo das esquerdas, agrupando o próprio PCB, a FMP, o CGT e o grupo político de Miguel Arraes na Frente Única. A resistência de Goulart de romper a aliança com o PSD provocou, nos comunistas, posições bastantes críticas.

O terceiro momento do PCB durante o governo Goulart teve início quando o presidente, desde fins de 1963, aproximou-se das esquerdas.

Os comunistas, portanto, elegeram estratégias políticas e as defenderam durante o governo Goulart, sendo muito difícil qualificá-los como “reboquismo” do janguismo ou utilizar expressões demeritórias, como “reformistas”.

### **Bibliografia citada**

ABREU, Alzira Alves. “1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart”. em FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). João Goulart. Entre a memória e a história. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

SEGATTO, José Antonio. *Reforma e revolução*. As vicissitudes políticas do PCB (1954-1964). Rio de Janeiro, 1995.

FERREIRA, Jorge. “A estratégia do confronto: A Frente de Mobilização Popular”. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Anpuh, vol. 24, n. 47, Jan-jun de 2004.

FERREIRA, Jorge. “Esquerdas no Panfleto. A crise política de 1964 no jornal da Frente de Mobilização Popular”. In *Anos 90*, revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Porto Alegre, n. 29, julho de 2009.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart*. Uma biografia. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas; alternativas democráticas à crise política 1961-1964*, São Paulo, Paz e Terra, 1993.